Assinado Digitalmente por:
MUNICIPIO DE RANCHO ALEGRE:75829416000116
PUBLICACAO DO ORGAO OFICIAL
Local: RANCHO ALEGRE - Paraná
Assinado em 20/07/2018 12:21:39

ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO
DE RANCHO ALEGRE
LEI N° 310/2015

ÓRGÃO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Prefeitura Municipal de Rancho Alegre dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site: http://www.ranchoalegre.pr.gov.br/
Prefeita Municipal: Edmar Lima
Av. Brasil, 256 - CEP: 86290-000 - Rancho Alegre - PR

Fone: (43) 3540-13-11

Rancho Alegre, sexta-feira, 13 de Julho de 2018. **Ed. nº 230** **PÁG. 1**

TERMO DE FOMENTO Nº. 006/2018

TERMO DE FOMENTO Nº 006/2018, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPIO DE RANCHO ALEGRE, ESTADO DO PARANÁ, E O LAR MADRE CECILIA DE AMPARO AO IDOSO.

O MUNICIPIO DE RANCHO ALEGRE, Estado do Paraná, com sede a Avenida Brasil, 256, devidamente inscrito no CNPJ 75.829.416/0001-16 doravante denominada **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**, representada pela Prefeita do Município a senhora **EDMAR LIMA**, brasileiro, casado, portadora da Cédula de Identidade sob nº. 4.975.762-0 - SSP/PR, e inscrita no CPF/MF sob o nº. 748.757.879-87, residente e domiciliado à Rua das Palmeiras, 48, neste Município de Rancho Alegre-PR e de outro lado a **LAR MADRE CECILIA DE AMPARO AO IDOSO,** entidade sem fins lucrativos, com sede no Município de Urai, à Rua Marselha, 370 -, devidamente cadastrada no CNPJ sob nº. 81.880.999/0001-02, doravante denominada **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL,** representada neste ato, por seu Presidente o senhor **JOÃO TEOFILO SALGADO FILHO**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade sob nº 1.097.164-0, e inscrito no CPF/MF sob o nº. 199.818.489-72, residente na Rua Madrid nº 247, no município de Urai, Estado do Paraná, resolvem celebrar o presente Termo de Fomento, em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, nas correspondentes Leis de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei Federal nº. 13.019 de 31 de julho de 2014 e regulamentado pelo Decreto Municipal nº 042 de 23 de fevereiro de 2017, consoante o processo administrativo nº 006/2018 e mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Promover atendimento assistencial e acolhimento à pessoas com 60 anos ou mais de ambos os sexos.

CLAUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO DAS PEÇAS DOCUMENTAIS

Integram este instrumento, independentemente de transcrição, o Plano de Trabalho proposto pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL e aprovado pelo Município, bem como toda documentação técnica que deles resultem, cujos termos os partícipes acatam integralmente.

Subcláusula Única. Eventuais ajustes e aditivos realizados durante a execução do objeto integrarão o Plano de Trabalho, desde que não haja alteração do objeto e sejam submetidos e aprovados previamente pela autoridade competente do Município, mediante solicitação da OSC devidamente formalizada e justificada.

CLAUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES PRÉVIAS À CELEBRAÇÃO QUE DEVEM SER APRESENTADAS PELAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL E ATESTADAS PELO MUNICIPIO

Devem as organizações da sociedade civil apresentar, previamente à celebração do termo de fomento os seguintes documentos, a serem atestados pelo Munícipio, os quais farão parte integrante do presente ajuste:

a) objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social;

b) que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido seja transferido à outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos desta Lei e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta;

c) escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade.

d) possuir:

1 - experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante;

2 - instalações, condições materiais e capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas.

II - Documentação relativa à:

a) certidões de regularidade fiscal, previdenciária, tributária, de contribuições e de dívida ativa, de acordo com a legislação aplicável;

b) certidão de existência jurídica expedida pelo cartório de registro civil ou cópia do estatuto registrado e de eventuais alterações ou, tratando-se de sociedade cooperativa, certidão simplificada emitida por junta comercial;

c) cópia da ata de eleição do quadro dirigente atual;

d) relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, com endereço, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB de cada um deles;

e) comprovação de que a organização da sociedade civil funciona no endereço por ela declarado;

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES PRÉVIAS À CELEBRAÇÃO QUE DEVEM SER PROVIDENCIADAS PELO MUNICIPIO

A Administração Pública Municipal deverá previamente à celebração do presente termo de fomento, comprovar os seguintes procedimentos, deste fazendo parte integrante sua documentação:

I - realização de chamamento público, ressalvadas as hipóteses previstas na Lei n.º 13.019/14;

II - indicação expressa da existência de prévia dotação orçamentária para execução da parceria;

III - comprovação pela entidade da regularidade do mandato de sua diretoria, inscrição no CNPJ e apresentação de declaração de funcionamento regular de no mínimo 01 (um) ano;

IV - apresentação pela entidade de certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e à dívida ativa da União, certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;

V - demonstração de que os objetivos e finalidades institucionais e a capacidade técnica e operacional da organização da sociedade civil foram avaliados e são compatíveis com o objeto;

VI- aprovação do plano de trabalho, a ser apresentado nos termos da Lei nº 13.019, de 2014;

VII - emissão de parecer de órgão técnico da administração pública, que deverá pronunciar-se, de forma expressa, a respeito:

a) do mérito da proposta, em conformidade com a modalidade de parceria adotada;

b) da identidade e da reciprocidade de interesse das partes na realização, em mútua cooperação, da parceria prevista nesta Lei;

c) da viabilidade de sua execução

d) da verificação do cronograma de desembolso

e) da descrição de quais serão os meios disponíveis a serem utilizados para a fiscalização da execução da parceria, assim como dos procedimentos que deverão ser adotados para avaliação da execução física e financeira, no cumprimento das metas e objetivos;

f) da designação do gestor da parceria;

g) da designação da comissão de monitoramento e avaliação da parceria;

IX - emissão de parecer jurídico do órgão de assessoria ou consultoria jurídica da administração pública acerca da possibilidade de celebração da parceria.

Subcláusula primeira: Deverá a Administração Pública, previamente à celebração do presente termo de fomento, comprovar e juntar ao presente termo a inexistência das condições abaixo em relação às organizações da sociedade civil, as quais vedam a celebração do presente ajuste em relação a que:

I - não esteja regularmente constituída ou, se estrangeira, não esteja autorizada a funcionar no território nacional;

II - esteja omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;

III - tenha como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública da mesma esfera governamental na qual será celebrado o termo de colaboração ou de fomento, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;

IV - tenha tido as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos cinco anos, exceto se:

a) for sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados;

b) for reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição;

c) a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo;

V - tenha sido punida com uma das seguintes sanções, pelo período que durar a penalidade:

a) suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração;

b) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública;

c) a prevista no inciso II do art. 73 da Lei nº 13.019, de 2014;

d) a prevista no inciso III do art. 73 da Lei 13.019, de 2014;

VI - tenha tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;

VII- tenha entre seus dirigentes pessoa:

a) cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;

b) julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação;

c) considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I II e III do art. 12 da Lei n. 8.429 de 2 de junho de 1992;

VIII- tenha entre seus dirigentes pessoa enquadrada nas hipóteses elencadas no inciso I do art. 1 da Lei Complementar n. 64, de 18 de maio de 1.990.

Parágrafo primeiro. Nas hipóteses desta clausula, é igualmente vedada a transferência de novos recursos no âmbito de parcerias em execução, excetuando-se os casos de serviços essenciais que não podem ser adiados sob pena de prejuízo ao erário ou à população, desde que precedida de expressa e fundamentada autorização do dirigente máximo do órgão ou entidade da administração pública, sob pena de responsabilidade solidária.

Parágrafo segundo. Em qualquer das hipóteses previstas no caput, persiste o impedimento para celebrar parceria enquanto não houver o ressarcimento do dano ao erário, pelo qual seja responsável a organização da sociedade civil ou seu dirigente.

I – liberar recursos financeiros solicitados, na forma deste Termo de Fomento, conforme disponibilidade financeira do tesouro municipal;

II – prestar orientação técnica e supervisionar a execução das atividades exercidas pela entidade;

III – coordenar, fiscalizar, acompanhar e avaliar a execução deste Termo de Colaboração, de acordo com a cláusula primeira, podendo utilizar-se de delegação de competência.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

São obrigações dos Partícipes:

Registrar no SIT os atos de celebração, alteração, liberação de recursos, acompanhamento e fiscalização da execução e a prestação de contas do presente termo de fomento;

• fornecer manuais específicos de prestação de contas às organizações da sociedade civil por ocasião da celebração das parcerias, informando previamente e publicando em meios oficiais de comunicação às referidas organizações eventuais alterações no seu conteúdo;

• emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeterá à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil;

• liberar os recursos em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do termo de fomento;

• realizar procedimentos de fiscalização das parcerias celebradas antes do término da sua vigência, inclusive por meio de visitas "*in loco*", para fins de monitoramento e avaliação do cumprimento do objeto;

• na hipótese de o gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;

• viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos;

• manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas, em ordem alfabética, pelo nome da organização da sociedade civil, por prazo não inferior a 5 (cinco) anos, contado da apreciação da prestação de contas final da parceria;

• divulgar pela internet os meios para apresentação de denúncia sobre a aplicação irregular dos recursos transferidos.

II - DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

• Manter escrituração contábil regular;

• registrar no SIT os atos de execução de despesas e a prestação de contas do presente termo de fomento;

• anexar ao presente termo de fomento comprovação de que possui no mínimo, 1 (um) anos de existência, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ; experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante e capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades previstas e o cumprimento das metas estabelecidas,

• indicar ao menos 1 (um) dirigente que se responsabilizará, de forma solidária, pela execução das atividades e cumprimento das metas pactuadas na parceria;

• divulgar, em seu sítio na internet, caso mantenha, e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei n. 13.019, de 2014, e alteração dada pela Lei 13204/2015;

• manter e movimentar os recursos na conta bancária especifica e exclusiva aberta para esta parceria em instituição financeira indicada pela administração pública;

• é vedada a realização de pagamento antecipado com recursos da parceria;

• dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos

documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados por esta Lei, bem como aos locais de execução do objeto;

• inserir cláusula, no contrato que celebrar com fornecedor de bens ou serviços com a finalidade de executar o objeto da parceria, que permita o livre acesso dos servidores ou empregados dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos públicos, bem como dos órgãos de controle, aos documentos e registros contábeis da empresa contratada, salvo quando o contrato obedecer a normas uniformes para todo e qualquer contratante;

• responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

• responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento do termo de fomento, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução;

• disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste termo de fomento, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos.

III - DO GESTOR DA PARCERIA:

I- acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;

II - informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos

recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;

III - emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, com base no relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o art. 59 da Leí nº 13.019, de 2014;

IV - disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação.

V - comunicar ao administrador público as hipóteses previstas na Lei n.º 13.019/2014.

VI - emitir parecer técnico de análise de prestação de contas da parceria celebrada, nos termos da Lei n.º 13.019/2014 quanto à prestação de contas.

Parágrafo Primeiro. Considera-se o administrador do presente termo de fomento o agente público responsável pela gestão da parceria, designado por ato publicado em meio oficial de comunicação, com poderes de controle e fiscalização;

Parágrafo Segundo. É vedada, na execução do presente termo de fomento, a participação como gestor da parceria ou como membro da comissão de monitoramento e avaliação pessoa que, nos últimos 5 (cinco) anos, tenha mantido relação jurídica com, ao menos, 1 (uma) das organizações da sociedade civil partícipes, hipótese na qual deverá ser designado gestor ou membro substituto que possua qualificação técnica equivalente à do substituído;

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

Este Termo de fomento terá vigência de Julho a dezembro de 2018, conforme plano de trabalho, contados a partir da publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Município, podendo ser prorrogada, para cumprir plano de trabalho, mediante termo aditivo ou ajuste, por solicitação da

organização da sociedade civil, devidamente fundamentada, formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término.

Subcláusula Única: O Município prorrogará “de ofício” a vigência deste Termo de fomento, quando der causa ao atraso na liberação dos recursos, limitada à prorrogação ao exato período do atraso verificado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO VALOR, DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Os recursos financeiros para a execução do objeto deste termo de fomento neste ato fixados em até R$ 12.000,00 (doze mil reais), serão alocados de acordo com o cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho, conforme a seguinte classificação orçamentária:

04 – ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO ESPECÍFICA
004- SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0011.2043 SUBVENÇÃO SOCIAL
3.3.50.43.00.00 Subvenções Sociais

CLÁUSULA OITAVA- DA LIBERAÇÃO E DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS

As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria serão liberadas em estrita conformidade com o respectivo cronograma de desembolso, exceto nos casos a seguir, nos quais ficarão retidas até o saneamento das impropriedades:

I - quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

II - quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no termo de colaboração ou de fomento;

III - quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

Subcláusula primeira: Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.

Parágrafo primeiro. Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços.

Parágrafo segundo. Os recursos recebidos em decorrência da parceria serão depositados em conta corrente específica isenta de tarifa bancária na instituição financeira pública determinada pela administração pública.

Parágrafo terceiro. Parágrafo único. Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

Subcláusula segunda: No caso de o plano de trabalho e o cronograma de desembolso preverem mais de 1 (uma) parcela de repasse de recursos, para recebimento de cada parcela, a organização da sociedade civil deverá:

I - ter preenchido os requisitos exigidos na Lei n.º 13.019/2014 para celebração da parceria;

II - apresentar a prestação de contas da parcela anterior;

III - estar em situação regular com a execução do plano de trabalho.

Subcláusula terceira: os recursos serão automaticamente aplicados em cadernetas de poupança, fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, enquanto não empregados na sua finalidade.

CLÁUSULA NONA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

O presente termo de fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Subcláusula Primeira. É vedado à organização da sociedade civil, sob pena de rescisão do ajuste:

I - utilizar recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria;

II - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;

Subcláusula Segunda: Poderão ser pagas com recursos vinculados à parceria, desde que aprovadas no plano de trabalho, as despesas relacionadas à execução da parceria nos termos dos incisos XIX e XX do art. 42 da Lei 13019/2014.

Subcláusula Terceira: Poderão ser pagas, entre outras despesas, com recursos vinculados à parceria:

I - remuneração da equipe encarregada da execução do plano de trabalho, inclusive de pessoal próprio da organização da sociedade civil, durante a vigência da parceria, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas;

II - diárias referentes a deslocamento, hospedagem e alimentação nos casos em que a execução do objeto da parceria assim o exija;

III - custos indiretos necessários à execução do objeto, desde que necessários e proporcionais ao cumprimento do objeto e efetivamente demonstrados no plano de trabalho. Os custos indiretos necessários à execução do objeto poderão incluir, entre outras despesas, aquelas com internet, transporte, aluguel, telefone, consumo de água e luz e remuneração de serviços contábeis e de assessoria jurídica.

IV - aquisição de equipamentos e materiais permanentes essenciais à consecução do objeto e serviços de adequação de espaço físico, desde que necessários à instalação dos referidos equipamentos e materiais.

§ 1º A inadimplência da administração pública não transfere à organização da sociedade civil a responsabilidade pelo pagamento de obrigações vinculadas à parceria com recursos próprios.

§ 2º A inadimplência da organização da sociedade civil em decorrência de atrasos na liberação de repasses relacionados à parceria não poderá acarretar restrições à liberação de parcelas subsequentes

§ 3º O pagamento de remuneração da equipe contratada pela organização da sociedade civil com recursos da parceria não gera vínculo trabalhista com o poder público.

CLAUSULA DÉCIMA - DA CONTRATAÇÃO COM TERCEIROS

As contratações de bens e serviços pelas organizações da sociedade civil, feitas com o uso de recursos transferidos pela administração pública, deverão observar os princípios da legalidade, da moralidade, da boa-fé, da probidade, da impessoalidade, da economicidade, da eficiência, da isonomia, da publicidade, da razoabilidade e do julgamento objetivo e a busca permanente de qualidade e durabilidade.

Subcláusula Primeira: Os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento do termo de fomento são de responsabilidade exclusiva das organizações da sociedade civil, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução.

Subcláusula Segunda: É vedada à organização da sociedade civil celebrar contrato ou convênio com pessoa impedida de receber recurso público federal.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DESPESAS COM A EQUIPE DIRETAMENTE ENVOLVIDA COM O OBJETO DO AJUSTE

Poderão ser pagas com recursos vinculados à parceria, desde que aprovadas no plano de trabalho, as despesas previstas no artigo 46 da lei 13.019/14.

Parágrafo Primeiro. A seleção e a contratação pela organização da sociedade civil de equipe envolvida na execução do termo de fomento deverão observar os princípios da administração pública previstos no caput do art. 37 da Constituição Federal.

Parágrafo Segundo. A organização da sociedade civil deverá dar ampla transparência aos valores pagos a título de remuneração de sua equipe de trabalho vinculada à execução do termo de fomento.

Subcláusula primeira: Na hipótese de não execução ou má execução de parceria em vigor ou de parceria não renovada, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, a administração pública poderá, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:

I - retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;

II - assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil, deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado

conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, e atender ao disposto no Decreto n.º 042/2017, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

I - extrato da conta bancária específica e exclusiva;

II - notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil e número do instrumento da parceria;

III - comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;

IV - material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;

V - relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso; e

VI - lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.

Parágrafo primeiro. Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

Parágrafo segundo. Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes;

Parágrafo terceiro. A análise da prestação de contas deverá considerar a verdade real e os resultados alcançados.

Parágrafo quarto. A prestação de contas da parceria observará regras específicas de acordo com o montante de recursos públicos envolvidos, nos termos das disposições e procedimentos estabelecidos conforme previsto no plano de trabalho e no termo de colaboração ou de fomento.

Subcláusula primeira. A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até noventa dias a partir do término da vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano.

§ 1º O prazo para a prestação final de contas será estabelecido de acordo com a complexidade do objeto da parceria.

§ 2º O disposto no caput não impede que a administração pública promova a instauração de tomada de contas especial antes do término da parceria, ante evidências de irregularidades na execução do objeto.

§ 3º Na hipótese do § 2º, o dever de prestar contas surge no momento da liberação de recurso envolvido na parceria.

§ 4º O prazo referido no caput poderá ser prorrogado por até 30 (trinta) dias, desde que devidamente justificado.

§ 5º A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos nesta Lei, devendo concluir, alternativamente, pela:

I - aprovação da prestação de contas;

II - aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou

III - rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.

§ 6º As impropriedades que deram causa à rejeição da prestação de contas serão registradas em plataforma eletrônica de acesso público, devendo ser levadas em consideração por ocasião da assinatura de futuras parcerias com a administração pública, conforme definido em regulamento.

Subcláusula segunda: A prestação de contas relativa à execução do termo de fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:

I - relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

II - relatório de execução financeira do termo de colaboração ou do termo de fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

Subcláusula terceira: A Administração pública municipal considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente:

I - relatório da visita técnica *in loco* realizada durante a execução da parceria, nos termos do art. 58, da Lei n.º 13.019/2014;

II - relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do termo de fomento.

Subcláusula terceira: a organização da sociedade civil deverá apresentar prestação de contas parcial, para fins de monitoramento do cumprimento das metas do objeto vinculadas à parcela liberada, no prazo definido no plano de trabalho, que faz parte deste instrumento.

Subcláusula quarta: O parecer técnico do gestor acerca da prestação de contas deverá conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:

I - os resultados já alcançados e seus benefícios;

II - os impactos econômicos ou sociais;

III - o grau de satisfação do público-alvo;

IV - a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

Subcláusula quinta: A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública se dará no prazo máximo de até 150 dias após a entrega da prestação de contas final pela organização da sociedade civil, devendo dispor sobre:

I - aprovação da prestação de contas;

II - aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou

III - rejeição da prestação de contas e a determinação da imediata instauração de tomada de contas especial.

Subcláusula sexta: Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

Parágrafo primeiro. O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.

Parágrafo segundo. Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

Subcláusula sétima: O transcurso do prazo definido nos termos da subcláusula quinta sem que as contas tenham sido apreciadas:

I - não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;

II - nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.

Subcláusula oitava: As prestações de contas serão avaliadas:

I - regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

II - regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

III - irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

a) omissão no dever de prestar contas;

b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;

d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

§ 1º O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.

§ 2º Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no termo de colaboração ou de fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica

será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.

Subcláusula nona: Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESTITUIÇÃO DE RECURSOS

Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

Parágrafo único. A inobservância ao disposto nesta Cláusula enseja a instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS BENS REMANESCENTES

Para os fins deste ajuste, considera-se bens remanescentes equipamentos e materiais permanentes adquiridos com recursos da parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.

Parágrafo primeiro: Os bens remanescentes serão gravados com cláusula de inalienabilidade, e ela deverá formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese da extinção da parceria.

Parágrafo segundo. Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, ser doados quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado, observado o disposto neste termo e na legislação vigente.

Parágrafo terceiro. Os bens doados ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade e deverão, exclusivamente, ser utilizados à continuidade da execução do objeto previsto neste termo, sob pena de reversão em favor da Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

O presente termo de fomento poderá ser: I. denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;

II. rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

a) utilização dos recursos em desacordo com O Plano de Trabalho;

b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;

c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e

d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES

Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019, de 2014, e da legislação específica, a administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:

I - advertência;

II - suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II

§ 1º As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva de Secretário Municipal, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

§ 2º Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

§ 3º A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICIDADE

A eficácia do presente termo de fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Município, a qual deverá ser providenciada pela administração pública Municipal no prazo de até 20 (vinte) dias a contar da respectiva assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA DAS CONDIÇÕES GERAIS

Acordam os participes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:

• todas as comunicações relativas a este termo de fomento serão consideradas como regularmente efetuadas, quando realizadas por intermédio do SIT;

• as comunicações que não puderem ser efetuadas pelo SIT serão remetidas por correspondência e serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;

• as mensagens e documentos, resultantes da transmissão via fax, não poderão se constituir em peças de processo, e os originais deverão ser encaminhados no prazo de 5 (cinco) dias;

• as reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste termo de fomento, serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados; e

• as exigências que não puderem ser cumpridas por meio do SIT deverão ser supridas através da regular instrução processual.

CLAUSULA DECIMA NONA – DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Uraí para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Termo de Fomento, com renuncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem justos e acordados, firmam o presente Termo de Fomento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo relacionadas.

Rancho Alegre, 18 de Julho de 2018.

EDMAR LIMA
Prefeito

JOÃO TEOFILO SALGADO FILHO
Presidente da LAR MADRE CECILIA

Testemunhas:

Nome.....

CPF.....

Ass.....

Nome.....

CPF.....

Ass.....

ÓRGÃO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Prefeitura Municipal de Rancho Alegre dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site: http://www.ranchoalegre.pr.gov.br/
Prefeita Municipal: Edmar Lima
Av. Brasil, 256 - CEP: 86290-000 - Rancho Alegre - PR

Fone: (43) 3540-13-11

Resolução Nº 18/2018 DO CMDCA

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE RANCHO ALEGRE - PR, no uso de suas atribuições estabelecidas na Lei Federal 8069/90, e tendo em vista a Lei Municipal nº 172/2010; e

Considerando que o Conselheiro Tutelar Vinicius Beloti, mandato de 10 de janeiro de 2016 a 09 de janeiro de 2020, solicitou através do Oficio 18, datado de 18 de julho de 2018, a renuncia ao cargo de Conselheiro Tutelar.

Considerando a necessidade de substituição de 01 (um) membro do Conselho Tutelar, mandato 2016/2020.

Resolve:

Art. 1º. Convocar a próxima candidata, senhora Silvia Maria Pereira Rinaldi, para se apresentar ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rancho Alegre, na segunda-feira, dia 23 de julho de 2018, para entrega de toda documentação exigida, conforme descrito abaixo:

a) 01 (uma) foto ¾ colorida recente.
b) Cópia da cédula de identidade ou protocolo de seu requerimento junto ao Instituto de Identificação do Paraná.
c) Cópia do CPF.
d) Cópia do comprovante de endereço (conta de luz).
e) Cópia do Título de Eleitor e comprovante da última votação.
f) Cópia da Certidão de nascimento ou casamento.
g) Cópia do RG e CPF do Cônjuge.
h) Cópia da Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos.
i) Carteira de trabalho original.

Art. 2º. Após a conferencia da Documentação e está estando correta, o candidato convocado deverá se apresentar imediatamente nas dependências do Conselho Tutelar para já dar início as suas atividades.

Art. 3º. Caso a suplente Silvia Maria Pereira Rinaldi não apresente a documentação no dia indicado no Art. 1º reserva-se o CMDCA o direito de convocar o próximo suplente.
Art. 4º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rancho Alegre, 18 de julho de 2018.

_____
Adriana Alexandre de Souza
Presidente do CMDCA

TERMO ADITIVO Nº 001
DO CONTRATO Nº 051/2017
(Ref: Pregão Presencial nº. 022/2017).
Sequencia do Aditivo = 051/2018
Termo Aditivo do Contrato Administrativo **que celebram o Município de RANCHO ALEGRE e SANDRA REGINA ALINO DA SILVA CORNELIO PROCOPIO - ME, na forma abaixo:**

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Avenida Brasil, 256, inscrita no CNPJ sob o nº 75.829.416/0001-16, neste ato representado pelo Prefeito **EDMAR LIMA**, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 748.757.879-87, portador da cédula de identidade RG nº 4.975.762-0 SSP-PR, residente e domiciliado na Rua das Palmeiras, nº 48, Rancho Alegre-PR.

CONTRATADA: **SANDRA REGINA ALINO DA SILVA CORNELIO PROCOPIO - ME,** Pessoa Jurídica de Direito Privado, com sede à Rua Rio de Janeiro, 35, na cidade de Cornélio Procópio-PR., inscrita no CNPJ sob o nº. 05.404.458/0001-20, neste ato representada pela Sra. SANDRA REGINA ALINO DA SILVA, brasileira, casada, empresária, inscrito no CPF sob o nº. 529.111.799-00, portador da cédula de identidade RG nº. 4.159.911-1 SSP/PR, residente e domiciliado na Rua Rio de Janeiro, 13, na cidade de Cornélio Procópio-PR, CEP: 86.300-000.

CONDIÇÕES ESPECÍFICAS

CLÁUSULA PRIMEIRA

Tendo em vista a Solicitação da Fiscal do Contrato através do Ofício nº 265/2018, protocolado sob o numero 488/2018 em 19/07/2018, e previsão no Contrato Administrativo nº 051/2017. "**CLÁUSULA SEXTA"**, e a anuência do Setor Jurídico desta Prefeitura, e convalidado pelo SR. Prefeito Municipal, resolvem aditar o PRAZO e VALOR do Contrato Administrativo nº. 051/2017, com recursos próprios e/ou vinculados, do Município de Rancho Alegre, com base nos Art. 57, §§ 1º e 2º da Lei nº. 8.666/93, e disposto nas cláusulas seguintes, e cláusula terceira do referido contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA

O presente Termo Aditivo tem objetivo de ADITIVAR o PRAZO e VALOR do Contrato Administrativo nº. 051/2017, sendo a sua vigência de 21/07/2017 até 20/07/2018, 12 (doze) meses, e valor original de **R$ 17.200,00 (dezessete mil e duzentos reais),** referente a **Aquisição de Cobertores para Secretária Municipal de Assistência Social e para o Centro de Referencia da Assistência Social - CRAS**. O qual fica redimensionado em até 25 % do contrato que totalizam o valor de **R$ 4.300,00 (quatro mil e trezentos reais)** que juntamente com o valor inicial **perfazem o novo valor contratual de R$ 21.500,00 (vinte e um mil e quinhentos reais), prorrogando o seu prazo até 20/10/2018.**

CLÁUSULA TERCEIRA

O pagamento será efetuado em até 30 dias contados da entrega da Nota Fiscal **(obrigatoriamente Nota Fiscal eletrônica, não sendo aceita NF Avulsa)** aceita por responsável da unidade solicitante, acompanhada obrigatoriamente da CND do INSS e CRF do FGTS e Certidão Negativa de Débitos do Município da sede do licitante.
O faturamento deverá ser emitido para MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE – CNPJ 75.829.416/0001-16 - endereço: Avenida Brasil, nº 256 – Centro – CEP. 86.290-000 – Rancho Alegre – PR.

CLÁSULA QUARTA

Os Acordantes se comprometem a cumprir todas as Cláusulas e condições estipuladas no Termo de Contrato original, que não colidirem com o presente instrumento.

CLÁUSULA QUINTA

Ficam reiteradas todas as demais cláusulas e condições do Termo Aditado.

Rancho Alegre, 19 de Julho de 2018.

Edmar Lima **Prefeitura Municipal de Rancho Alegre** CONTRATANTE	Sandra Regina Alino da Silva SANDRA REGINA ALINO DA SILVA CORNELIO PROCOPIO - ME CONTRATADA
Geonice Sabino da Silva Carvalho Fiscal e Gestora do Contrato	Testemunha

TERMO ADITIVO Nº 001
DO CONTRATO Nº 092/2017
(Ref: Pregão Presencial nº. 041/2017).
Sequencia do Aditivo = 050/2018
Termo Aditivo do Contrato Administrativo **que celebram o Município de RANCHO ALEGRE e OSMAR MENDES VESTUÁRIO - ME, na forma abaixo:**

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Avenida Brasil, 256, inscrita no CNPJ sob o nº 75.829.416/0001-16, neste ato representado pelo Prefeito **EDMAR LIMA**, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 748.757.879-87, portador da cédula de identidade RG nº 4.975.762-0 SSP-PR, residente e domiciliado na Rua das Palmeiras, nº 48, Rancho Alegre-PR.

CONTRATADA: **OSMAR MENDES VESTUÁRIO - ME,** Pessoa Jurídica de Direito Privado, com sede à Avenida J. Alves de Lima, 423, Centro, na cidade de Alvorada do Sul-PR., inscrita no CNPJ sob o nº. 85.083.772/0001-97, neste ato representada pelo Sr. **OSMAR MENDES**, brasileiro, empresário, casado, inscrito no CPF sob o nº. 469.558.019-53, portador da cédula de identidade RG nº. 3.062.252-9 SSP/PR, residente e domiciliado na Avenida J. Alves de Lima, 423, Centro, na cidade de Alvorada do Sul-PR, CEP: 86.150-000.

CONDIÇÕES ESPECÍFICAS

CLÁUSULA PRIMEIRA

Tendo em vista a Solicitação da Fiscal do Contrato através do Ofício nº 275/2018, e previsão no Contrato Administrativo nº 092/2017. "**CLÁUSULA SEXTA"**, e a anuência do Setor Jurídico desta Prefeitura, e convalidado pelo SR. Prefeito Municipal, resolvem aditar o VALOR do Contrato Administrativo nº. 092/2017, com recursos próprios e/ou vinculados, do Município de Rancho Alegre, com base nos Art. 57, §§ 1º e 2º da Lei nº. 8.666/93, e disposto nas cláusulas seguintes, e cláusula terceira do referido contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA

O presente Termo Aditivo tem objetivo de ADITIVAR o PRAZO do Contrato Administrativo nº. 092/2017, sendo a sua vigência de 07/12/2017 até 06/12/2018, 12 (doze) meses, e valor original de **R$ 15.978,90 (quinze mil novecentos e setenta e oito reais e noventa centavos),** referente a **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE CONFECÇÃO (CAMISETAS E JALECOS), DESTINADOS AS CAMPANHAS MUNICIPAIS DA SAÚDE, BEM COMO PARA OS FUNCIONÁRIOS DO SETOR DE ENFERMAGEM E SERVIÇOS GERAIS**. O qual fica redimensionado em até 25 % do contrato que totalizam o valor de **R$ 3.930,38 (tres novecentos e trinta reais e trinta e oito centavos)** que juntamente com o valor inicial **perfazem o novo valor contratual de R$ 19.909,28 (dezenove mil novecentos e nove reais e vinte e oito centavos), outrossim o seu prazo permanece inalterado até 06/12/2018.**

CLÁUSULA TERCEIRA

O pagamento será efetuado em até 30 dias contados da entrega da Nota Fiscal **(obrigatoriamente Nota Fiscal eletrônica, não sendo aceita NF Avulsa)** aceita por responsável da unidade solicitante, acompanhada obrigatoriamente da CND do INSS e CRF do FGTS e Certidão Negativa de Débitos do Município da sede do licitante.

O faturamento deverá ser emitido para MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE – CNPJ 75.829.416/0001-16 - endereço: Avenida Brasil, nº 256 – Centro – CEP. 86.290-000 – Rancho Alegre – PR.

CLÁSULA QUARTA

Os Acordantes se comprometem a cumprir todas as Cláusulas e condições estipuladas no Termo de Contrato original, que não colidirem com o presente instrumento.

CLÁUSULA QUINTA

Ficam reiteradas todas as demais cláusulas e condições do Termo Aditado.

Rancho Alegre, 19 de Julho de 2018.

Edmar Lima
Prefeitura Municipal de Rancho Alegre
CONTRATANTE

Osmar Mendes Vestuário - ME
OSMAR MENDES VESTUÁRIO - ME
CONTRATADA

Roselena Aparecida Barboza dos Reis
Fiscal e Gestora do Contrato

Testemunha

RESULTADO DE AMOSTRAS TESTADAS – 1ª Análise Nº 017/2018

PROPONENTE: **ANDIPEL PAPELARIA EIRELI - EPP - CNPJ Nº 14.227.560/0001-98**

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	MARCA	UNID.	RESULTADO
1	Àgua sanitária	AYLAG	LT	**REPROVADO** Produto fraco, que não alvejou como esperado.
4	Álcool etílico hidratado 46,2° inpm	ARAUCÁRIA	LT	APROVADO
12	Cera líquida incolor	AYLAG	UNI	APROVADO
13	Cera líquida vermelha	AYLAG	UNI	APROVADO
14	Cesto fechado com tampa em plástico 100 litros alças laterais	ARQPLAST	UNI	APROVADO
16	Cestofechado com tampa de plástico de 50 litros com alça	ARQPLAST	UNI	APROVADO
25	Desinfetante p/ uso geral 2 litros	AYLAG	UNI	APROVADO
29	Detergente neutro 500 ml	AYLAG	UNI	APROVADO
32	Escova de lavar roupa multiuso	DUPLAS	UNI	APROVADO
33	Escova de lavar vaso sanitário c/ suporte plástico	DUPLAS	UNI	APROVADO
37	Esponja para lavar louça multiuso	BRILHUS	UNI	APROVADO
51	Inseticida spray 300 ml	INSECT FREE	UNI	APROVADO
53	Limpa forno	DIABO VERDE	UNI	APROVADO
54	Limpa vidro 500 ml	AYLAG	UNI	**DESCLASSIFICADO** - por não apresentar amostra no prazo determinado.
55	Limpador de uso geral multi-uso 500 ml	AYLAG	UNI	APROVADO
59	Lixeira sem pedal 60 litros com tampa	ARQPLAST	UNI	APROVADO
64	Pá para recolher lixo em plástico com cabo longo de 90 cm	DUPLAS	UNI	APROVADO
66	Pano de chão, branco duplo	CCA	UNI	**DESCLASSIFICADO** - por não apresentar amostra no prazo determinado.
69	Pilha alcalina- aa c/2 unid	ELGIN	PCT	APROVADO

70	Pilha alcalina –aaa c/2 un	ELGIN	PCT	APROVADO
72	Pilha alcalina média c/2 uni	ELGIN	PCT	APROVADO
74	Prato descartável pequeno,com 15cm pct c/ 10 uni	COPOSUL	PCT	APROVADO
79	Rodo com borracha p/ raspar, 50 cm	DUPLAS	UNI	APROVADO
84	Rodo em plástico p/ raspar com borracha dupla em eva 40 cm, cabo em madeira 1,20 m	DUPLAS	UNI	APROVADO
86	Sabão em pó caixa 1 kg	KLIP	KG	APROVADO
89	Sabonete líquido fragrância erva doce	AYLAG	UNI	APROVADO
104	Saponáceo líquido cremoso 300 ml	SANY	UNI	APROVADO
115	Vassoura em nylon com cabo de madeira 1,20m	DUPLAS	UNI	APROVADO

PROPONENTE: **CLAUDIO HARUYOSHI KUMAKURA-ME - CNPJ sob o nº 81.258.394/0001-84**

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	MARCA	UNID.	RESULTADO
15	Cesto fechado com tampa em plástico 30 litros	MB	UNI	APROVADO
20	Copo descartável com capacidade de 180 ml	IBRASDE	PCT	APROVADO
43	Fralda descartável tam M	DR.FRALDINHA	UNI	APROVADA
44	Fralda descartável tam P	DR.FRALDINHA	UNI	APROVADO
56	Lixeira c/ pedal 15 litros	INPLAST	UNI	APROVADO
57	Lixeira c/ pedal 30 litros	PLASUTIL	UNI	APROVADO
58	Lixeira c/ pedal 60 litros	PLASUTIL	UNI	APROVADO
92	Saco algodão p/ limpeza	TECAM	UNI	APROVADO
114	Vassoura caipira , 1ª qualidade	KREMER	UNI	APROVADO

PROPONENTE: **INKBLUE SUPRIMENTOS INFORMÁTICA LTDA-ME CNPJ Nº 07.124.725/0001-30**

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	MARCA	UNID.	RESULTADO

71	Pilha Alcalina Grande c/ 2 Unidades	ELGIN	PCT	**DESCLASSIFICADO** - por não apresentar amostra no prazo determinado.
73	Prato Descartável para refeição com 25 cm pct c/ 10 unid.	COPOMAIS	PCT	**DESCLASSIFICADO** - por não apresentar amostra no prazo determinado.
83	Rodo de rapar 90 cm em metal	MEGA	UNID	**DESCLASSIFICADO** - por não apresentar amostra no prazo determinado.

PROPONENTE: **M DE MEDEIROS SENEFONTE CNPJ Nº 18.759.458/0001-94**

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	MARCA	UNID.	RESULTADO
5	Amaciante 2LTS	CANDURA	LTR	**DESCLASSIFICADO** - por não apresentar amostra no prazo determinado.
18	Colher em plástico médio desc	PLASTIMIL	PCT	APROVADO
19	Condicionador 1 kg	SKALA	KG	APROVADO
24	Desentupidor com cabo 60 cm	RODOVAS	UNI	APROVADO
46	Garfo descartável	PLASTIMIL	UNI	APROVADO
62	Óleo de peroba 200 ml	KING	UNI	APROVADO
67	Papel alumínio 4 M X 60 cm	WYDA	UNI	APROVADO
77	Raticida granulado	MEGAMIL	PCT	APROVADO
93	Saco para freezer 5kg 50 un	MEGAMIL	PCTS	APROVADO
101	Saco Plástico para cachorro quente, leitoso 20 x 12 cm, c/ 100 unid	PLASTIMIL	PCT	**DESCLASSIFICADO** - por não apresentar amostra no prazo determinado.
105	Saquinho papel para pipoca 8 X 14 1000 uni	PLASTIMIL	PCTS	APROVADO
106	Saquinho p/ refrigerante pct c/ 500 unidades tam 16x28cm	PLASTIMIL	PCT	**DESCLASSIFICADO** - por não apresentar amostra no prazo determinado.
116	Veneno para barata frasco 30 ml	K OTHRINE	UNI	APROVADO

PROPONENTE: **M. R. MORGAN COMERCIAL E SERIVÇOS LTDA - ME - CNPJ Nº 14.916.909/0001-83**

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	MARCA	UNID.	RESULTADO

78	Removedor de Cera Litro	AZULIN	UNID	**DESCLASSIFICADO** - por não apresentar amostra no prazo determinado.
94	Saco p/ Lixo-preto 15 LTR com micra 05 pact. c/ 100 unidades	MULTI SACOS	PCT	**DESCLASSIFICADO** - por não apresentar amostra no prazo determinado.
95	Saco p/ Lixo-preto 40 LTR com micra 05 pct. c/ 100 unidades med. 59 x 57	MULTI SACOS	PCT	**DESCLASSIFICADO** - por não apresentar amostra no prazo determinado.
96	Saco p/ Lixo-preto 50 LTR com micra 05 pct. c/ 100 unidades	MULTI SACOS	PCT	**DESCLASSIFICADO** - por não apresentar amostra no prazo determinado.
97	Saco p/ Lixo-preto 20 LTR com micra 05 pct. c/ 100 unidades med .39 x 58	MULTI SACOS	PCT	**DESCLASSIFICADO** - por não apresentar amostra no prazo determinado.
99	Saco p/ Lixo-preto 60 LTR pct. c/ 100 unidades med .59 x 70	MULTI SACOS	PCT	**DESCLASSIFICADO** - por não apresentar amostra no prazo determinado.
100	Saco p/ Lixo-preto 100 LTR com micra 07, reforçado pct. c/ 100 unidades med. 75 x 90 aproximadamente	MULTI SACOS	PCT	**DESCLASSIFICADO** - por não apresentar amostra no prazo determinado.

PROPONENTE: **MÁXIMO SUPERMERCADO LTDA-ME - CNPJ Nº 76.096.270/0001-00**

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	MARCA	UNID.	RESULTADO
6	Aparelho de barbear c/ 2	BIC	UNI	APROVADO
10	Branqueador em cubos 10/9 gr	COLMAN	CX	APROVADO
17	Chupetas	PEPETA	UNI	APROVADO
21	Copo descartável 50 ml branco	IBRADE	PCT	APROVADO
23	Creme dental uso infantil	DENTIL	UNI	APROVADO
36	Esponja p/ banho c/2 uni	SFREG	PCT	APROVADO
39	Filtro permanente p/ café	MUI BOM	Uni	APROVADO
40	Flanela p/ limpeza 28 X48	KN	Uni	APROVADO
47	Garrafa térmica 1 litro pressão	ALADDIN	Uni	APROVADO
48	Garrafa térmica 1,8 litro pressão	ALADDIN	Uni	APROVADO
52	Lamina de barbear cx c/ 3 lâmina	WILKINSON	Uni	APROVADO
61	Mamadeira em plástico c/bico	MAMITA	Uni	APROVADO
76	Querosene 800ml	PRATA STAR	Uni	APROVADO

85	Sabão em pedra pct c/ 5 uni	ALPES	PCT	APROVADO
91	Saco de algodão p guardanapo tamanho 110 X 80 cm branco	APUCARANA	UNI	APROVADO
103	Saponáceo em barra	RADIUM	UNI	APROVADO
107	Saquinho para geladinho c/ 90 uni	KREMER	PCTS	APROVADO
108	Shampoo para lavar cabelos 1 kg	SUAVE	UNI	APROVADO
111	Toalha de papel rolo picotado 22 X 19cm	FLORAX	UNI	APROVADO
112	Toalha de rosto 100% 32 X 50 cm	OLINDA	UNI	APROVADO

PROPONENTE: **PRISCILA CRISTINA ALBERGONI PAIXAO CALOVI - CNPJ Nº 29.627.627/0001-04**

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	MARCA	UNID.	RESULTADO
102	Saco Plastico p/ coleta de amostras de refeições pct. c/500 unid.	GIO PACK	UNI	**DESCLASSIFICADO** - por não apresentar amostra no prazo determinado.

PROPONENTE: **QUERO & NIETO LTDA - CNPJ Nº 05.372.951/0001-05**

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	MARCA	UNID.	RESULTADO
113	Válvula Dosadora para Dispenser	MAXI	UNI	APROVADO

PROPONENTE: **SANDRA REGINA ALINO DA SILVA CORNÉLIO PROCÓPIO - ME - CNPJ Nº 05.404.458/0001-20**

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	MARCA	UNID.	RESULTADO
9	Borrifador em plastico resistente 500 ml	NOBRE	UNI	**DESCLASSIFICADO** - por não apresentar amostra no prazo determinado.
11	Canudo para refrigerante descartável pct c/ 100 unid	STRAW	UNI	**DESCLASSIFICADO** - por não apresentar amostra no prazo determinado.
41	Fósforo c/ 240 c/5 cm	PARANÁ	UNI	APROVADO

45	Fralda descartável Xg	DESCARPACK	UNI	**REPROVADO** - produto não resistente e no teste prático vazou muito.
42	Fralda descatável G	DESCARPACK	UNI	**REPROVADO** - produto não resistente e no teste prático vazou muito.
50	Haste flexível c/ 150 unidades	COTON BABY	UNI	APROVADO
65	Palito de dente c/ 100 unidades	PARANÁ	UNI	APROVADO

PROPONENTE: **TUBARÃO LICITAÇÕES EIRELLI EPP - CNPJ Nº 29.310.633/0001-51**

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	MARCA	UNID.	RESULTADO
2	Álcool em gel 70 % galão de 5 litros	SOL	GL	APROVADO
3	Álcool em gel sachê descartável 800ml	BEL PLUS	UNI	APROVADO
7	Balde de plástico 20 litros	ARQPLAST	UNI	APROVADO
8	Balde de plástico preto 12 litros	ARQPLAST	UNI	APROVADO
22	Creme dental uso adulto 90 gr	FREEDENT	UNI	APROVADO
26	Desodorizador de ambiente em spray 360 ml/265g	ULTRA FRESH	UNI	APROVADO
27	Detergente limpa piso	ALPES	UNI	APROVADO
28	Detergente líquido ácido 500ml	PRIMISSIAS	UNI	APROVADO
30	Dispenser para papel toalha	BELL PLUS	UNI	APROVADO
31	Dispenser para sabonete líquido p/ 800ml	BELL PLUS	UNI	APROVADO
34	Escova dental infantil macia	DENTAL K	UNI	**REPROVADO** - o produto foi analisado pelo dentista do município e não foi recomendando por ter credas muito duras.
35	Esponja de aço c/ 8 uni	INOVE	PCT	APROVADO
38	Filtro em papel p/ coador de café nº 103 c/30	LA REND	CX	**REPROVADO** - o café demora a coar, quando termina já está frio.
49	Guardanapo de papel 24 X 22 cm branco	NOBRE	UNI	APROVADO
60	Lustra móveis brilho seco 200ml	WORKER	UNI	APROVADO
63	Pá para lixo em metal	APOLO	UNI	APROVADO
68	Papel higiênico branco c/ 4	CISNE	PCT	APROVADO
75	Prendedor de roupas de madeira c/12 7X 1	RELUZ	UNI	APROVADO
80	Rodo com borracha p/ raspar60 cm cabo em madeira	APOLO	UNI	APROVADO

81	Rodo de esfregar com lã de aço	APOLO	UNI	APROVADO
82	Rodo de espuma sem borracha	APOLO	UNI	APROVADO
87	Sabonete óleos aromatizado 80 gr infantil	123 BABY	UNI	APROVADO
88	Sabonete glicerinado 80 gr infantil	123 BABY	UNI	**DESCLASSIFICADO** - por não apresentar amostra no prazo determinado.
90	Sabonete líquido fragrância erva doce	BELL PLUS	SACHÊ	**DESCLASSIFICADO** - por não apresentar amostra no prazo determinado.
98	Saco plástico para lixo 30 lt 100 uni	PLASTPÉROLA	PCTS	**REPROVADO -** de acordo com cálculo utilizado para apurar a micragem do produto.
109	Toalha de papel branca com 1000 de 20 X30	REMAPEL	PCTS	APROVADO
110	Toalha de papel creme c/ 1000 uni de 20 x23	REMAPEL	PCTS	APROVADO

Rancho Alegre, 18de julho de 2018.

Vanda de Fátima Garcia Belafronte
Presidente da Comissão Técnica Especial de Licitação

Sandra Bertani de Souza
Membro da Comissão Técnica Especial de Licitação

Alaide dos Reis Alevato
Membro da Comissão Técnica Especial de Licitação

CÁLCULO DE AMOSTRAS DOS SACOS DE LIXO 1º Análise
CÁLCULO DE AMOSTRAS DOS SACOS DE LIXO 1º Análise

ITEM	PRODUTO EDITAL	RESULTADO ESPERADO	PRODUTO APRESENTADO	MARCA	GANHADOR	RESULTADO OBTIDO	RELATÓRIO
98	Saco p/ lixo preto 30 lt. Com micra 05 Pct 100 unid	1,26 a 1,54	Saco p/ lixo preto 30 lt. Com micra 05 Pct 100 unid. med 50 x 56	Plastpérola	**TUBARÃO LICITAÇÕES EIRELLI EPP**	0,955	REPROVADO

CÁLCULO: ALTURA X LARGURA X MICRAGEM = PESO OBTIDO

Multiplica-se a altura pela largura do saco, o resultado obtido multiplica-se pelo valor da micra desejado, onde micra 8=0,0008, o peso obtido deve equivaler ao da embalagem apresentado na amostra com 100 unidades, sendo aceito a variação de 5 para cima ou para baixo, ou seja, multiplica-se por 0,00085 e 0,00075, aceita-se o resultado compreendido nesse intervalo.

EDITAL DE DESCLASSIFICAÇÃO - PRIMEIRO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 017/2018- PMRA - FORMA PRESENCIAL
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 021/2018

Pelo não cumprimento do prazo determinado no Edital de Pregão Presencial o qual determina o prazo de 05 dias úteis para apresentação das amostras do itens ganhos na sessão de lances do Pregão a Pregoeira decide, DESCLASSIFICAR os itens das empresas a seguir:

PROPONENTE: **ANDIPEL PAPELARIA EIRELI - EPP - CNPJ Nº 14.227.560/0001-98**

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	MARCA	MOTIVO
01	Água Sanitária	AYLAG	Produto fraco, que não alvejou como esperado.
54	Limpa vidros 500 ml	AYLAG	Não cumprimento do prazo para apresentação das amostras
66	Pano de chão branco duplo	CCA	Não cumprimento do prazo para apresentação das amostras

PROPONENTE: **INKBLUE SUPRIMENTOS INFORMÁTICA LTDA-ME CNPJ Nº 07.124.725/0001-30**

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	MARCA	MOTIVO

71	Pilha Alcalina Grande c/ 2 unidades	ELGIN	Não cumprimento do prazo para apresentação das amostras
73	Prato Descartável para refeição com 25 cm, pct c/ 10 unid	COPOMAIS	Não cumprimento do prazo para apresentação das amostras
83	Rodo de rapar 90 cm metal	MEGA	Não cumprimento do prazo para apresentação das amostras

PROPONENTE: **M DE MEDEIROS SENEFONTE CNPJ Nº 18.759.458/0001-94**

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	MARCA	MOTIVO
05	Amaciante de Roupas GL 2 Litros	CANDURA	Não cumprimento do prazo para apresentação das amostras
101	Saco Plástico p/ cachorro quente, leitoso 20 x 12 cm aprox. c/ 100 unidades	PLASTIMIL	Não cumprimento do prazo para apresentação das amostras
106	Saquinho p refrigerante pct c/ 500 unidades tam 16x28 cm.	PLASTIMIL	Não cumprimento do prazo para apresentação das amostras

PROPONENTE: **M. R. MORGAN COMERCIAL E SERIVÇOS LTDA - ME - CNPJ Nº 14.916.909/0001-83**

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	MARCA	MOTIVO
78	Removedor de Cera Litro	AZULIN	Não cumprimento do prazo para apresentação das amostras
94	Saco p/ Lixo-preto 15 LTR com micra 05 pact. c/ 100 unidades	MULTISACOS	Não cumprimento do prazo para apresentação das amostras
95	Saco p/ Lixo-preto 40 LTR com micra 05 pct. c/ 100 unidades med. 59 x 57	MULTISACOS	Não cumprimento do prazo para apresentação das amostras
96	Saco p/ Lixo-preto 50 LTR com micra 05 pct. c/ 100 unidades	MULTISACOS	Não cumprimento do prazo para apresentação das amostras
97	Saco p/ Lixo-preto 20 LTR com micra 05 pct. c/ 100 unidades med .39 x 58	MULTISACOS	Não cumprimento do prazo para apresentação das amostras
99	Saco p/ Lixo-preto 60 LTR pct. c/ 100 unidades med .59 x 70	MULTISACOS	Não cumprimento do prazo para apresentação das amostras

100	Saco p/ Lixo-preto 100 LTR com micra 07, reforçado pct. c/ 100 unidades med. 75 x 90 aproximadamente	MULTISACOS	Não cumprimento do prazo para apresentação das amostras

PROPONENTE: **PRISCILA CRISTINA ALBERGONI PAIXAO CALOVI - CNPJ Nº 29.627.627/0001-04**

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	MARCA	MOTIVO
120	Saco Plastico p/ coleta de amostras de refeições pct. c/500 unid.	GIO PACK	Não cumprimento do prazo para apresentação das amostras

PROPONENTE: **SANDRA REGINA ALINO DA SILVA CORNÉLIO PROCÓPIO - ME - CNPJ Nº 05.404.458/0001-20**

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	MARCA	MOTIVO
09	Borrifador em plastico resistente 500 ml	NOBRE	Não cumprimento do prazo para apresentação das amostras
11	Canudo para refrigerante descartável pct c/ 100 unid	STRAW	Não cumprimento do prazo para apresentação das amostras
42	Fralda G	DESCARPACK	O produto não resistente e no teste prático vazou muito
45	Fralda XG	DESCARPACK	O produto não resistente e no teste prático vazou muito

PROPONENTE: **TUBARÃO LICITAÇÕES EIRELLI EPP - CNPJ Nº 29.310.633/0001-51**

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	MARCA	MOTIVO
34	Escova dental infantil macia	DENTAL K	O produto foi analisado pelo dentista do município e não foi recomendando por ter credas muito duras.
38	Filtro em papel p/ coador de café nº 103 c/30	LA REND	O café demora a coar, quando termina já está frio.
88	Sabonete glicerinado - 80 gramas infantil	123 BABY	Não cumprimento do prazo para apresentação das amostras
90	Sabonete líquido sache 800 ml - descartável, aroma erva doce	BELL PLUS	Não cumprimento do prazo para apresentação das amostras

98	Saco p/ lixo preto 30 lt. Com micra 05. Pct c/ 100 unidades	PLASTPÉROLA	De acordo com cálculo utilizado para apurar a micragem do produto

Rancho Alegre-PR, 19 de Julho de 2018.

Maria Eduarda Sábio
Pregoeira

EDITAL DE DESCLASSIFICAÇÃO - PRIMEIRO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 017/2018- PMRA - FORMA PRESENCIAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 021/2018

Pelo não cumprimento do prazo determinado no Edital de Pregão Presencial o qual determina o prazo de 05 dias úteis para apresentação das amostras do itens ganhos na sessão de lances do Pregão a Pregoeira decide, DESCLASSIFICAR os itens das empresas a seguir:

PROPONENTE: **ANDIPEL PAPELARIA EIRELI - EPP - CNPJ Nº 14.227.560/0001-98**

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	MARCA	MOTIVO

01	Água Sanitária	AYLAG	Produto fraco, que não alvejou como esperado.
54	Limpa vidros 500 ml	AYLAG	Não cumprimento do prazo para apresentação das amostras
66	Pano de chão branco duplo	CCA	Não cumprimento do prazo para apresentação das amostras

PROPONENTE: **INKBLUE SUPRIMENTOS INFORMÁTICA LTDA-ME CNPJ Nº 07.124.725/0001-30**

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	MARCA	MOTIVO
71	Pilha Alcalina Grande c/ 2 unidades	ELGIN	Não cumprimento do prazo para apresentação das amostras
73	Prato Descartável para refeição com 25 cm, pct c/ 10 unid	COPOMAIS	Não cumprimento do prazo para apresentação das amostras
83	Rodo de rapar 90 cm metal	MEGA	Não cumprimento do prazo para apresentação das amostras

PROPONENTE: **M DE MEDEIROS SENEFONTE CNPJ Nº 18.759.458/0001-94**

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	MARCA	MOTIVO
05	Amaciante de Roupas GL 2 Litros	CANDURA	Não cumprimento do prazo para apresentação das amostras
101	Saco Plástico p/ cachorro quente, leitoso 20 x 12 cm aprox. c/ 100 unidades	PLASTIMIL	Não cumprimento do prazo para apresentação das amostras
106	Saquinho p refrigerante pct c/ 500 unidades tam 16x28 cm.	PLASTIMIL	Não cumprimento do prazo para apresentação das amostras

PROPONENTE: **M. R. MORGAN COMERCIAL E SERIVÇOS LTDA - ME - CNPJ Nº 14.916.909/0001-83**

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	MARCA	MOTIVO
78	Removedor de Cera Litro	AZULIN	Não cumprimento do prazo para apresentação das amostras
94	Saco p/ Lixo-preto 15 LTR com micra 05 pact. c/ 100 unidades	MULTISACOS	Não cumprimento do prazo para apresentação das amostras

95	Saco p/ Lixo-preto 40 LTR com micra 05 pct. c/ 100 unidades med. 59 x 57	MULTISACOS	Não cumprimento do prazo para apresentação das amostras
96	Saco p/ Lixo-preto 50 LTR com micra 05 pct. c/ 100 unidades	MULTISACOS	Não cumprimento do prazo para apresentação das amostras
97	Saco p/ Lixo-preto 20 LTR com micra 05 pct. c/ 100 unidades med .39 x 58	MULTISACOS	Não cumprimento do prazo para apresentação das amostras
99	Saco p/ Lixo-preto 60 LTR pct. c/ 100 unidades med .59 x 70	MULTISACOS	Não cumprimento do prazo para apresentação das amostras
100	Saco p/ Lixo-preto 100 LTR com micra 07, reforçado pct. c/ 100 unidades med. 75 x 90 aproximadamente	MULTISACOS	Não cumprimento do prazo para apresentação das amostras

PROPONENTE: **PRISCILA CRISTINA ALBERGONI PAIXAO CALOVI - CNPJ Nº 29.627.627/0001-04**

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	MARCA	MOTIVO
120	Saco Plastico p/ coleta de amostras de refeições pct. c/500 unid.	GIO PACK	Não cumprimento do prazo para apresentação das amostras

PROPONENTE: **SANDRA REGINA ALINO DA SILVA CORNÉLIO PROCÓPIO - ME - CNPJ Nº 05.404.458/0001-20**

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	MARCA	MOTIVO
09	Borrifador em plastico resistente 500 ml	NOBRE	Não cumprimento do prazo para apresentação das amostras
11	Canudo para refrigerante descartável pct c/ 100 unid	STRAW	Não cumprimento do prazo para apresentação das amostras
42	Fralda G	DESCARPACK	O produto não resistente e no teste prático vazou muito
45	Fralda XG	DESCARPACK	O produto não resistente e no teste prático vazou muito

PROPONENTE: **TUBARÃO LICITAÇÕES EIRELLI EPP - CNPJ Nº 29.310.633/0001-51**

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	MARCA	MOTIVO

34	Escova dental infantil macia	DENTAL K	O produto foi analisado pelo dentista do município e não foi recomendando por ter credas muito duras.
38	Filtro em papel p/ coador de café nº 103 c/30	LA REND	O café demora a coar, quando termina já está frio.
88	Sabonete glicerinado - 80 gramas infantil	123 BABY	Não cumprimento do prazo para apresentação das amostras
90	Sabonete líquido sache 800 ml - descartável, aroma erva doce	BELL PLUS	Não cumprimento do prazo para apresentação das amostras
98	Saco p/ lixo preto 30 lt. Com micra 05. Pct c/ 100 unidades	PLASTPÉROLA	De acordo com cálculo utilizado para apurar a micragem do produto

Rancho Alegre-PR, 19 de Julho de 2018.

Maria Eduarda Sábio
Pregoeira

EDITAL DE CONVOCAÇÃO I
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 017/2018- PMRA - FORMA PRESENCIAL
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 021/2017

Diante da Desclassificação dos produtos referente ao pregão supra-citado, A Pregoeira convoca a empresa classificada em segundo lugar para apresentar a amostra para análise num prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da publicação deste aviso, conforme quadro abaixo:

PROPONENTE: **ANDIPEL PAPELARIA EIRELI - EPP - CNPJ Nº 14.227.560/0001-98**

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	MARCA	
05	Amaciante de Roupas 2 Litros	AYLAG	
38	Filtro em papel p/ coador de café nº 103 c/ 30	BRIGITA	

PROPONENTE: **CLAUDIO HARUYOSHI KUMAKURA-ME - CNPJ sob o nº 81.258.394/0001-84**

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	MARCA	
45	Fralda descartável Xg	DR. FRALDINHA	
101	Saco Plástico p/ cachorro quente, leitoso 20 x 12 cm aprox. c/ 100 unidades	AU AU	

PROPONENTE: **INKBLUE SUPRIMENTOS INFORMÁTICA LTDA-ME CNPJ Nº 07.124.725/0001-30**

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	MARCA	
106	Saquinho p refrigerante pct c/ 500 unidades tam 16x28 cm.	GIOPACK	

PROPONENTE: **M DE MEDEIROS SENEFONTE CNPJ Nº 18.759.458/0001-94**

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	MARCA	
09	Borrifador em plastico resistente 500 ml	SAN REMO	
11	Canudo para refrigerante descartável pct c/ 100 unid	THEOTO	
73	Prato Descartável para refeição com 25 cm, pct c/ 10 unid	COPOMAIS	
78	Removedor de Cera Litro	BELAQUIMICA	

PROPONENTE: **M. R. MORGAN COMERCIAL E SERIVÇOS LTDA - ME - CNPJ Nº 14.916.909/0001-83**

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	MARCA	

42	Fralda G	BABY WILLY	
54	Limpa vidros 500 ml	ALPES	
90	Sabonete líquido sache 800 ml - descartável aroma erva doce	BEEL PLUS	
98	Saco p/ lixo preto 30 lt. Com micra 05. Pct c/ 100 unidades	MULTI SACOS	

PROPONENTE: **MÁXIMO SUPERMERCADO LTDA-ME - CNPJ Nº 76.096.270/0001-00**

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	MARCA	
34	Escova dental infantil macia	TOP DENTES	
88	Sabonete glicerinado - 80 gramas infantil	POM POM	

PROPONENTE: **QUERO & NIETO LTDA - CNPJ Nº 05.372.951/0001-05**

83	Rodo de rapar 90 cm metal	MAXI	
97	Saco p/ Lixo-preto 20 LTR com micra 05 pct. c/ 100 unidades med .39 x 58	PLASTPÉROLA	

PROPONENTE: **TUBARÃO LICITAÇÕES EIRELLI EPP - CNPJ Nº 29.310.633/0001-51**

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	MARCA	
01	Água Sanitária	LIMPINHA	
66	Pano de chão branco duplo	MARTINS	
94	Saco p/ Lixo-preto 15 LTR com micra 05 pact. c/ 100 unidades	PLASTPÉROLA	
95	Saco p/ Lixo-preto 40 LTR com micra 05 pct. c/ 100 unidades med. 59 x 57	PLASTPÉROLA	
96	Saco p/ Lixo-preto 50 LTR com micra 05 pct. c/ 100 unidades	PLASTPÉROLA	
99	Saco p/ Lixo-preto 60 LTR pct. c/ 100 unidades med .59 x 70	PLASTPÉROLA	

100	Saco p/ Lixo-preto 100 LTR com micra 07, reforçado pct. c/ 100 unidades med. 75 x 90 aproximadamente	PLASTPÉROLA	

Rancho Alegre-PR, 19 de Julho de 2018.

Maria Eduarda Sábio
Pregoeira

EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO FINAL DAS AMOSTRAS TESTADAS
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 018/2018- PMRA - FORMA PRESENCIAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 022/2018

A Pregoeira, de posse dos Relatórios de Análises da Comissão Especial de Avaliação, nomeada através do Decreto nº 0139/2018, vem através do tornar publico o resultado final as análise de produtos que foram aprovados, a seguir:

M DE MEDEIROS SENEFONTE, CNPJ:18.759.458/0001-94		
Descrição do Objeto	**Marca**	**Resultado**
AÇUCAR CRISTAL 5 KG	GLOBO	Aprovado
AGUA MINERAL COM GÁS 500ML	D´FONTE	Aprovado
AGUA MINERAL SEM GÁS 500ML	D´FONTE	Aprovado
ÁGUA MINERAL GALÃO 20L	D´FONTE	Aprovado
ARROZ INTEGRAL 1KG	RAMPINELLI	Aprovado
ARROZ AGULINHA KG	FINO GOSTO	Aprovado
AZEITONA VERDE COM CAROÇO	TING	Aprovado
EMULSIFICANTE PARA SORVETE	SELECTA	Aprovado
ESSENCIA BAUNILHA 30G	CEPARA	Aprovado

FERMENTO BIOLÓGICO FRESCO	ITAIQUARA	Aprovado
LEITE CONDENSADO 395G	ITALAC	Aprovado
LEITE DE COCO 1L	INDIANO	Aprovado
OREGANO 10G	KREMER	Aprovado
PÓ PARA SORVETE	APTI	Aprovado
SAL REFINADO 1KG	GARÇA	Aprovado
TEMPERO EM PÓ SABORES	APTI	Aprovado

MAXIMO SUPERMERCADO LTDA- ME, CNPJ 76.096.270/0001-00		
Descrição do Objeto	**Marca**	**Resultado**
ACHOCOLATADO EM PÒ	APTI	Aprovado
BISCOITO DE POLVILHO	ANDRIOLLI	Aprovado
BISCOITO DOCE TIPO MAIZENA	RENATA	Aprovado
COLORAU	KREMER	Aprovado
FERMENTO EM PÓ QUIMICO	MUI BOM	Aprovado
MACARRÃO INTEGRAL TIPO ESPAGUETE	RENATA	Aprovado
MAIONESE	D´JUDA	Aprovado
PÃO DE QUEIJO TIPO COQUITEL	DU GAB	Aprovado
PÓ PARA GELADINHO	KREMER	Aprovado
REFRIGERANTE 2 LITROS DIVERSOS SABORES COLA/GUARANA	CONTI	Aprovado
TEMPERO EM PÓ –SABORES GALINHA E CARNE EM CUBO	APTI	Aprovado
VINAGRE DE ALCOOL	CHEMIM	Aprovado

CLAUDIO HARUYOSCHI KUMAKURA, CNPJ 81.258.394/0001- 84		
Descrição do Objeto	**Marca**	**Resultado**
BISCOITO DOCE ROSQUINHA COCO	GALO	Aprovado
BISCOITO DOCE ROSQUINHA SABOR CHOCOLATE	GALO	Aprovado
CATCHUP EMBALAGEM PLÁSTICA	CALCUTÁ	Aprovado
ERVILHA EM LATA	QUERO	Aprovado
EXTRATO DE TOMATE Kg	QUERO	Aprovado
EXTRATO DE TOMATE –Pacote 340 gramas	POMAROLA	Aprovado
MILHO VERDE EM CONSERVA LATA	QUERO	Aprovado
MOSTARDA	D'AJUDA	Aprovado
ÓLEO DE SOJA	COAMO	Aprovado
PIRULITO PACOTE C/ 100 UNID	BAT BAT	Aprovado

SUPRA ACESSÓRIOS DE INFORMÁTICA EIRELI-ME, CNPJ 25.048.205/0001-78		
Descrição do Objeto	**Marca**	**Resultado**
BATATA PALHA PCTE 1 Kg	SABOR DA BATATA	Aprovado
GRANULADO PARA COBERTURA	CAMP	Aprovado
BATATA PALHA PCTE 1 Kg	SABOR DA BATATA	Aprovado
GRANULADO PARA COBERTURA	CAMP	Aprovado

TUBARÃO LICITAÇÃO EIRELI-EPP CNPJ:29.310.533/0001-51

Descrição do Objeto	Marca	Resultado
AMIDO DE MILHO	D'MILLE	Aprovado
BISCOITO AGUA E SAL	LIANE	Aprovado
BOMBOM DE CHOCOLATE PACOTE 1Kg	SONHO DE VALSA	Aprovado
CEREAL PARA ALIMENTAÇÃO INFANTIL-ARROZ MILHO CEREAIS	ALL NUTRI	Aprovado
CHÁ MATTE	D'MILLI	Aprovado
COCO RALADO	D'MILLI	Aprovado
CREME DE LEITE	LIDER	Aprovado
FARINHA DE TRIGO ESPECIAL-PACOTE 1 Kg	VITORIOSA	Aprovado
FEIJÃO CARIOCA TIPO 1 PACOTE DE 1KG	CORADINHO	Aprovado
FERMENTO EM PÓ QUIMICO	D'MILLI	Aprovado
FUBÁ PACOTE 1KG	NUTRINOVO	Aprovado
MACARÃO TIPO ESPAGUETE	D'MILLI	Aprovado
MACARÃO TIPO PADRE NOSSO	D'MILLI	Aprovado
REFRESCO EM PÓ ADOÇADO	AMAVITA	Aprovado
SAGU PACOTE 500 GRMS	D'MILLE	Aprovado

Rancho Alegre-PR, 18 de Julho de 2018.

Maria Eduarda Sabio
Pregoeira

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 036/2018
PROCESSO LICITATÓRIO ADMINISTRATIVO Nº. 019/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 012/2018

Constitui objeto deste instrumento a CONTRATAÇÃO de empresa para **Contratação Aquisição de diversos Itens de Gêneros Alimentícios tipo Carnes e derivados,** que entre si celebram o Município de Rancho Alegre, e **M DE MEDEIROS SENEFONTE,** pessoa jurídica de Sertaneja-PR, na forma abaixo:

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Avenida Brasil, 256, inscrita no CNPJ sob o nº 75.829.416/0001-16, neste ato representado pela Prefeita **EDMAR LIMA**, brasileiro, casado, nascido em 04/01/1971, inscrito no CPF sob o nº 748.757.879-87, portador da cédula de identidade RG nº 4.975.762-0 SESP-PR, residente e domiciliado na Rua das Palmeiras, 48, Portal das Arvores, Rancho Alegre-PR CEP: 86290-000.

CONTRATADO: **M DE MEDEIROS SENEFONTE,** Pessoa Jurídica de Direito Privado, com sede à Rua Emiliano Perneta nº 812, na cidade de Sertaneja-PR., inscrita no CNPJ sob o nº. 18.759.458/0001-94, neste ato representada pela Sra. MARCELLE DE MEDEIROS SENEFONTE, brasileira, empresária, inscrito no CPF sob o nº. 060.232.369-01, portadora da cédula de identidade RG nº. 8.797.916-4 SESP/PR, residente e domiciliado na Rua Emiliano Perneta, 780, Sertaneja-PR.

DOMICÍLIO DA CONTRATADA: Sertaneja-PR.

OBJETO: **O presente Edital tem por objeto a Aquisição de diversos Itens de Gêneros Alimentícios tipo Carnes e derivados, para manutenção de todos Setores do Município de Rancho Alegre, inclusive da Merenda Escolar, o objeto será adquirido com recursos próprios e/ou vinculados PNAE Programa Nacional da Merenda Escolar do FNDE, com entrega parcelada, e prazo de 12 meses.. Devidamente homologado em 11/07/2018.**

VALOR TOTAL: **R$ 55.968,80** (cinquenta e cinco mil novecentos e sessenta e oito reais e oitenta centavos), sendo o Valor do Lote I de **R$ 46.319,80** (quarenta e seis mil trezentos e dezenove reais e oitenta centavos), referente aos itens 01, 05, 11, 13, e 14, sendo o Valor do Lote II **R$ 9.649,00** (nove mil seiscentos e quarenta e nove reais), referente aos itens 03, e 08, conforme descritos na proposta da contratada, e apurado na sessão de lances.

DO REAJUSTE DE PREÇOS: **–** O preço contratado compreende todos os custos necessários à aquisição dos produtos, inclusive os referentes às despesas trabalhistas, previdenciários, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outras despesas e encargos necessários à sua correta execução, de modo a que nenhuma outra remuneração seja devida à **CONTRATADA** além do valor ora estipulado.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

04.001.12.361.0005-2012.3.3.90.30.00.00.CONTA DE DESPESA: (2103 – 103) – (4104 – 104) – (5120 - 120)
04.001.12.365.0004-2010.3.3.90.30.00.00.CONTA DE DESPESA: - (3103 – 103) – (5104 - 104) – (4120 – 120)
03.001.04.122.0003-2008.3.3.90.30.00.00. CONTA DE DESPESA – (680 – LIVRE)
04.002.10.301.0009-2022.3.3.90.30.00.00.CONTA DESPESA – (2040 – 303) – (2050 – 497)
04.005.15.452.0012-2024.3.3.90.30.00.00.CONTA DE DESPESA: (2920 – LIVRE) – (4504 - 504)
04.005.15.452.0012-2027.3.3.90.30.00.00.CONTA DE DESPESA: (2660 – LIVRE) – (2670 - 504)
04.005.15.452.0012-2025.3.3.90.30.00.00.CONTA DE DESPESA: (3010 – LIVRE) – (3020 - 504)
04.004.08.122.0014-2031.3.3.90.00.00.00.CONTA DE DESPESA – (3020 – LIVRE)
04.006.08.244.0014-2045.3.3.90.00.00.00.CONTA DE DESPESA – (2540– LIVRE)

PRAZO DE VIGÊNCIA: 17/07/2018 até 16/07/2019- 12 (doze) meses, de acordo com a Cláusula Sexta do contrato, em acordo com a Lei 8.666/93.

FORO: Fica eleito o Foro da Comarca de Urai-Pr, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato.

Rancho Alegre, 17 de Julho de 2018.

MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE
CONTRATANTE

M DE MEDEIROS SENEFONTE
CONTRATADA

MARA ELOISA NALDI FRANCO
FISCAL E GESTOR DO CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 037/2018
PROCESSO LICITATÓRIO ADMINISTRATIVO Nº. 019/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 012/2018

Constitui objeto deste instrumento a CONTRATAÇÃO de empresa para **Contratação Aquisição de diversos Itens de Gêneros Alimentícios tipo Carnes e derivados,** que entre si celebram o Município de Rancho Alegre, e **MÁXIMO SUPERMERCADO LTDA - ME,** pessoa jurídica de Rancho Alegre-PR, na forma abaixo:
CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Avenida Brasil, 256, inscrita no CNPJ sob o nº 75.829.416/0001-16, neste ato representado pela Prefeita **EDMAR LIMA**, brasileiro, casado, nascido em 04/01/1971, inscrito no CPF sob o nº 748.757.879-87, portador da cédula de identidade RG nº 4.975.762-0 SESP-PR, residente e domiciliado na Rua das Palmeiras, 48, Portal das Arvores, Rancho Alegre-PR CEP: 86290-000.
CONTRATADO: **MÁXIMO SUPERMERCADO LTDA - ME,** Pessoa Jurídica de Direito Privado, com sede à Rua Minas Gerais nº 200, na cidade de Rancho Alegre-PR., inscrita no CNPJ sob o nº**. 76.096.270/0001-00**, neste ato representada pelo Sr. ENÉAS MÁXIMO PEREIRA, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF sob o nº. 021.929.229-90, portador da cédula de identidade RG nº. 6.368.983-1 SSP/PR, residente e domiciliado na Rua Minas Gerais, 200, Rancho Alegre-PR.
DOMICÍLIO DA CONTRATADA: Rancho Alegre-PR.
OBJETO: **O presente Edital tem por objeto a Aquisição de diversos Itens de Gêneros Alimentícios tipo Carnes e derivados, para manutenção de todos Setores do Município de Rancho Alegre, inclusive da Merenda Escolar, o objeto será adquirido com recursos próprios e/ou vinculados PNAE Programa Nacional da Merenda Escolar do FNDE, com entrega parcelada, e prazo de 12 meses.. Devidamente homologado em 11/07/2018.**
VALOR TOTAL: **R$ 34.927,60** (trinta e quatro mil novecentos e vinte e sete reais e sessenta centavos), sendo o Valor do Lote I de **R$ 27.074,20** (vinte e sete mil e setenta e quatro reais e vinte centavos), referente aos itens 03, 06, 08, e 12, sendo o Valor do Lote II **R$ 7.853,40** (sete mil oitocentos e cinquenta e três reais e quarenta centavos), referente aos itens 01, 04, e 06, conforme descritos na proposta da contratada, e apurado na sessão de lances.
DO REAJUSTE DE PREÇOS: **–** O preço contratado compreende todos os custos necessários à aquisição dos produtos, inclusive os referentes às despesas trabalhistas, previdenciários, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outras despesas e encargos necessários à sua correta execução, de modo a que nenhuma outra remuneração seja devida à **CONTRATADA** além do valor ora estipulado.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
04.001.12.361.0005-2012.3.3.90.30.00.00.CONTA DE DESPESA: (2103 – 103) – (4104 – 104) – (5120 - 120)
04.001.12.365.0004-2010.3.3.90.30.00.00.CONTA DE DESPESA: - (3103 – 103) – (5104 - 104) – (4120 – 120)
03.001.04.122.0003-2008.3.3.90.30.00.00. CONTA DE DESPESA – (680 – LIVRE)
04.002.10.301.0009-2022.3.3.90.30.00.00.CONTA DESPESA – (2040 – 303) – (2050 – 497)
04.005.15.452.0012-2024.3.3.90.30.00.00.CONTA DE DESPESA: (2920 – LIVRE) – (4504 - 504)
04.005.15.452.0012-2027.3.3.90.30.00.00.CONTA DE DESPESA: (2660 – LIVRE) – (2670 - 504)
04.005.15.452.0012-2025.3.3.90.30.00.00.CONTA DE DESPESA: (3010 – LIVRE) – (3020 - 504)
04.004.08.122.0014-2031.3.3.90.00.00.00.CONTA DE DESPESA – (3020 – LIVRE)
04.006.08.244.0014-2045.3.3.90.00.00.00.CONTA DE DESPESA – (2540– LIVRE)
PRAZO DE VIGÊNCIA: 17/07/2018 até 16/07/2019- 12 (doze) meses, de acordo com a Cláusula Sexta do contrato, em acordo com a Lei 8.666/93.
FORO: Fica eleito o Foro da Comarca de Urai-Pr, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato.

Rancho Alegre, 17 de Julho de 2018.

MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE
CONTRATANTE

MÁXIMO SUPERMERCADO LTDA - ME
CONTRATADA

MARA ELOISA NALDI FRANCO
FISCAL E GESTOR DO CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 038/2018
PROCESSO LICITATÓRIO ADMINISTRATIVO Nº. 019/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 012/2018

Constitui objeto deste instrumento a CONTRATAÇÃO de empresa para **Contratação Aquisição de diversos Itens de Gêneros Alimentícios tipo Carnes e derivados,** que entre si celebram o Município de Rancho Alegre, e **TUBARAO LICITACOES EIRELLI EPP,** pessoa jurídica de Ibiporã-PR, na forma abaixo:

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Avenida Brasil, 256, inscrita no CNPJ sob o nº 75.829.416/0001-16, neste ato representado pela Prefeita **EDMAR LIMA**, brasileiro, casado, nascido em 04/01/1971, inscrito no CPF sob o nº 748.757.879-87, portador da cédula de identidade RG nº 4.975.762-0 SESP-PR, residente e domiciliado na Rua das Palmeiras, 48, Portal das Arvores, Rancho Alegre-PR CEP: 86290-000.

CONTRATADO: **TUBARAO LICITACOES EIRELLI EPP,** Pessoa Jurídica de Direito Privado, com sede à Rua Cambé nº 90, Jd. San Rafael, na cidade de Ibiporã-PR., inscrita no CNPJ sob o nº**. 29.310.533/0001-51**, neste ato representado pelo Sr. LEONARDO AUGUSTO ROSSATO, brasileiro, solteiro, empresário, inscrito no CPF sob o nº. 129.339.369-09, portador da cédula de identidade RG nº. 1.254.872-70 da SESP – PR, residente e domiciliado na Rua Paulo Frontin, 831, centro, Ibiporã-Pr, CEP 86200-000.

DOMICÍLIO DA CONTRATADA: Ibiporã-PR.

OBJETO: **O presente Edital tem por objeto a Aquisição de diversos Itens de Gêneros Alimentícios tipo Carnes e derivados, para manutenção de todos Setores do Município de Rancho Alegre, inclusive da Merenda Escolar, o objeto será adquirido com recursos próprios e/ou vinculados PNAE Programa Nacional da Merenda Escolar do FNDE, com entrega parcelada, e prazo de 12 meses.. Devidamente homologado em 11/07/2018.**

VALOR TOTAL: **R$ 20.013,10** (vinte mil e treze reais e dez centavos), sendo o Valor do Lote I de **R$ 17.522,70** (dezessete mil quinhentos e vinte e dois reais e setenta centavos), referente aos itens 02, 04, 07, 09, e 10, sendo o Valor do Lote II **R$ 2.490,40** (dois mil quatrocentos e noventa reais e quarenta centavos), referente aos itens 02, 05, e 07, conforme descritos na proposta da contratada, e apurado na sessão de lances.

DO REAJUSTE DE PREÇOS: **–** O preço contratado compreende todos os custos necessários à aquisição dos produtos, inclusive os referentes às despesas trabalhistas, previdenciários, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outras despesas e encargos necessários à sua correta execução, de modo a que nenhuma outra remuneração seja devida à **CONTRATADA** além do valor ora estipulado.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

04.001.12.361.0005-2012.3.3.90.30.00.00.CONTA DE DESPESA: (2103 – 103) – (4104 – 104) – (5120 - 120)
04.001.12.365.0004-2010.3.3.90.30.00.00.CONTA DE DESPESA: - (3103 – 103) – (5104 - 104) – (4120 – 120)
03.001.04.122.0003-2008.3.3.90.30.00.00. CONTA DE DESPESA – (680 – LIVRE)
04.002.10.301.0009-2022.3.3.90.30.00.00.CONTA DESPESA – (2040 – 303) – (2050 – 497)
04.005.15.452.0012-2024.3.3.90.30.00.00.CONTA DE DESPESA: (2920 – LIVRE) – (4504 - 504)
04.005.15.452.0012-2027.3.3.90.30.00.00.CONTA DE DESPESA: (2660 – LIVRE) – (2670 - 504)
04.005.15.452.0012-2025.3.3.90.30.00.00.CONTA DE DESPESA: (3010 – LIVRE) – (3020 - 504)
04.004.08.122.0014-2031.3.3.90.00.00.00.CONTA DE DESPESA – (3020 – LIVRE)
04.006.08.244.0014-2045.3.3.90.00.00.00.CONTA DE DESPESA – (2540– LIVRE)

PRAZO DE VIGÊNCIA: 17/07/2018 até 16/07/2019- 12 (doze) meses, de acordo com a Cláusula Sexta do contrato, em acordo com a Lei 8.666/93.

FORO: Fica eleito o Foro da Comarca de Urai-Pr, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato.

Rancho Alegre, 17 de Julho de 2018.

MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE
CONTRATANTE

TUBARAO LICITACOES EIRELLI EPP
CONTRATADA

MARA ELOISA NALDI FRANCO
FISCAL E GESTOR DO CONTRATO

DECRETO Nº 060/2018

EDMAR LIMA, Prefeito do Município de Rancho Alegre, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com as leis vigentes,

DECRETA:

ARTIGO 1º. – Fica **EXONERADO** em 18/07/2018, a pedido, do Cargo de "CONSELHEIRO TUTELAR", o Sr. **VINICIOS BELOTI**, conforme a Lei Municipal 172/2010 e Decreto nº 004/2016.

ARTIGO 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeito retroativo no dia 18/07/2018, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Rancho Alegre, Estado do Paraná, aos dezenove dias do mês de julho de 2.018.

EDMAR LIMA
Prefeito

PORTARIA Nº 036/2018

EDMAR LIMA, Prefeito do Município de Rancho Alegre, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com as leis vigentes:

R E S O L V E:

INFORMAR, a documentação e qualificação dos integrantes da Comissão Especial do Concurso Público, "Comissão Organizadora", designados pela Portaria nº 028/2018 de 18 de junho de 2018, como segue:

PRESIDENTE:
Paulo Sérgio Franco 360.385.719-49
Secretário Municipal de Administração e Planejamento
MEMBROS:
Lilian Cristina Gerdulli Tavares 044.945.258-12
Procurador Jurídico
Deise Marcelle de Araújo 045.020.929-67
Enfermeiro
Letícia Santana Marques 056.862.399-16
Agente Administrativo
Carlos Alexandre Baratela 031.589.219-60
Técnico em Recursos Humanos

Publique-se.
Registre-se.
Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito do Município de Rancho Alegre, aos dezenove dias do mês de julho de 2.018.

EDMAR LIMA
Prefeito